

ATA N.º 241

----- Aos nove dias do mês de dezembro de dois mil e dezasseis, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Manuel da Silva Soares, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ordem de Trabalhos

1 Ata-----

1.1 Ata 240 de 30 setembro 2016-----

2 Correspondência-----

3 Período de antes da Ordem do Dia-----

3.1 Assuntos de Interesse Local-----

4 Período da Ordem do Dia-----

4.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara-----

4.2 Mapa de Pessoal 2017-----

4.3 Orçamento e Grandes Opções do Plano 2017-----

4.4 Manual de Consolidação para a Prestação de Contas 2016-----

4.5 Autorização de Encargos Plurianuais – Empreitada das Intempéries 2016-----

4.6 Apoio à Freguesia de Rocas do Vouga-----

4.7 Venda das Ações da Municípia-----

4.8 Dissolução da Associação de Municípios de Águeda, Anadia, Albergaria-a-Velha, Oliveira do Bairro e Sever do Vouga-----

4.9 Outorga do Protocolo com a EDP Distribuição-----

5 Período Destinado ao Público-----

----- O presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão pelas dezassete horas e vinte minutos.-----

----- O presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros:-----

- Adérito Augusto Silva-----

- Albano de Amaral Macedo-----

- Alexandre Paulo Tavares Machado-----

- Ana Maria Tavares Mendes-----

- Ana Patrícia da Silva Ferreira-----

- Ana Raquel Machado e Costa-----

- António Manuel Martins de Bastos-----

- António da Silva Portela-----

- Carla Manuela Borges Soares-----

- Cipriano de Arede Nogueira-----

- Claudino da Fonseca Soares-----

- Custódio Tavares Pereira de Lima-----

- David da Silva Alves-----

- Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva-----

- José de Bastos da Rocha-----

- José Carlos Ribeiro de Sousa-----

- José Luís da Silva e Almeida-----

- Júlio Martins Fernandes-----

- Luís Filipe Tavares Silva Pedro-----

- Manuel da Silva Soares-----

- Mariana Fernanda Martins de Bastos-----

- Mário Coutinho Martins-----

- Mário José Costa da Silva-----

- Renata Liliana da Costa Marques-----

- Sandra Henriques da Silva-----

- Sérgio Soares da Silva-----

- Toni Pedro Ribeiro Martins-----

--- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de António José Martins Coutinho, Presidente da Câmara Municipal; José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Vice-presidente; Maria Elisabete Martins Henriques, Raul Alberto da Conceição Duarte, Nuno Miguel Pereira Ferreira Martins e Idalina Pereira Tavares, Vereadores.-----

---- Faltaram à sessão Rui Manuel Arede Lopes, cuja falta foi justificada nos termos do artigo 78º da Lei das Autarquias Locais, razão pela qual se promoveu a substituição por Adérito Augusto Silva, depois de convocado através de protocolo, e Carla Andreia Coutinho Tavares.-----

--- Seguidamente, passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos desta sessão.-----

-----**Ordem de trabalhos**-----

1 Ata – Depois do Diretor de Departamento ter comunicado algumas alterações introduzidas na ata, após sugestões feitas por um membro da Assembleia Municipal, foi apreciada a ata n.º 240, da sessão de 30 de setembro de 2016, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, e que foi aprovada, por unanimidade, com os votos a favor dos membros Albano Macedo, Alexandre Machado, Ana Mendes, Ana Ferreira, Ana Costa, António Bastos, António Portela, Carla Tavares, Carla Soares, Cipriano Nogueira, Claudino Soares, Custódio Lima, David Alves, Diana Paiva, José Rocha, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Manuel Soares, Mariana Bastos, Mário Martins, Mário Silva, Renata Marques, Sérgio Silva e Toni Martins, que estiveram presentes naquela sessão.-----

2 Correspondência:-----

O presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento dos seguintes convites e comunicações, que poderão ser consultados nos serviços desta autarquia:-----

- Convite da Banda União Musical Pessegueirense para o encerramento das comemorações dos 150 da BUMP;-----
- Convite da JAP para a Festa de Natal;-----
- Convite da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Sever do Vouga para a Ceia de Natal;-----
- Convite da Filarmónica Severense para a Ceia de Natal;-----
- Convite do Rotary Club de Sever do Vouga para um jantar festivo de Natal.-----

O presidente da Assembleia Municipal aproveitou para informar que tinham sido absolvidos os catorze autarcas julgados no processo referente ao contrato de publicidade com o Beira Mar.-----

-----**3 – Período Antes da Ordem do Dia**-----

3.1 – Assuntos de Interesse Local-----

---- O presidente da Assembleia Municipal solicitou aos membros que pretendiam inscrever-se para intervir no período de antes da ordem do dia, que transmitissem essa intenção, com vista a realizar-se o registo e à chamada por ordem de inscrição ou alternada nos termos regimentais.-----

A primeira intervenção foi de **Toni Pedro Ribeiro Martins** que começou por desejar a todos um bom Natal e próspero ano de 2017. Referiu os temas já debatidos por aquela bancada: infraestruturas, criação de alternativas, correção de caminhos e estradas, conservação e manutenção dos mesmos; sinalização e manutenção dos percursos pedestres; segurança, incluindo pedidos de sinalização, problemas de segurança nas escolas, iluminação pública deficiente, nomeadamente na Zona Industrial da Gândara, na Zona Industrial dos Padrões, na zona da Remolha, sendo uma situação generalizada. Aproveitou para sugerir ao executivo uma passagem por todos os parques públicos e zonas industriais do concelho para fazer um levantamento mais correto de forma a promover a sua normalização perante a EDP. Disse, ainda, que aquela bancada alertou para a necessidade de implementar em medidas de incentivo e promoção ao turismo local e conservação dos espaços com interesse turístico. Continuou dizendo que queria falar sobre o futuro, nomeadamente sobre os jovens do concelho e de políticas de juventude, estabelecendo a lei, nesse sentido, a existência de uma estrutura consultiva que é o

Conselho Municipal da Juventude. Questionou quais as ações tomadas, ou que pretendem tomar, de forma a ativar ou reativar aquele órgão consultivo, que dá voz aos jovens e tem como propósito conhecer melhor as aspirações e expectativas dos jovens, colaborando, assim, diretamente com a autarquia.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a **Mário José Costa da Silva** que começou por questionar o presidente da Câmara Municipal se o Balcão Único do Município teria os recursos humanos suficientes para fazer face à maior afluência do público aquando da abertura do Espaço do Cidadão, prevista para o próximo dia 15 de dezembro? Disse esperar não ter de se confrontar com a aglomeração de público no átrio do edifício, com todo o mau estar que o elevado tempo de espera poderá causar aos munícipes.-----

Chamou, novamente, a atenção para a falta de sinalética direcional para quem circule na Avenida Comendador Augusto Martins Pereira, na direção norte/sul e sul/norte, e queira virar em direção à Escola Básica e Secundária, sede do Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga. Disse que, quem não conhece, vai em frente e anda às voltas até conseguir adivinhar qual a artéria que o poderá levar ao referido estabelecimento de ensino, localizado na Rua do Sobreiral.-----

Voltou a chamar a atenção, mais uma vez, para o facto de um número significativo das árvores que, em boa hora, foram plantadas pela autarquia nas bermas das estradas do concelho, ao longo dos últimos anos, terem secado ou, simplesmente estarem partidas e, portanto, haver necessidade de se proceder à sua substituição.-----

Disse, ainda, que seria interessante proceder ao arranjo paisagístico, nomeadamente com a plantação de árvores, dos taludes da Central de Camionagem que, atualmente, se encontram cobertos de erva e silvas.-----

Por fim, alertou para o facto de, na zona da Barragem da Ermida, as acácias estarem a invadir literalmente a E.M. 569, colocando em perigo a vida de quem por aí circula.-----

A intervenção seguinte coube a **Carla Manuela Borges Soares** reportando-se à sua intervenção na sessão de dezembro 2014, na qual apelou à necessidade de colocação de iluminação junto à escadaria principal da Igreja Matriz de Cedrim, pela falta de visibilidade. Relembrou a resposta do senhor presidente da Câmara, que referiu ter ficado registada a sugestão de inclusão da iluminação no projeto para intervenção no exterior do adro e cemitério. Disse ter verificado que nada ainda foi feito até à data, e que pelo que pode analisar, pela documentação entregue para análise, apenas estão destinados cinco euros para arranjos exteriores no projeto do cemitério de Cedrim. Questionou se essa verba se destina à aquisição da lâmpada? Apelou, mais uma vez, à necessidade urgente de uma intervenção no acesso ao cemitério. Referiu que, para além de um mau cartão de visita àquela freguesia, trata-se de uma questão de falta de segurança e o perigo a que estão sujeitos aqueles munícipes. Salientou que, uma senhora sofreu uma queda num dos últimos funerais ali realizado.-----

De seguida, foi dada a palavra a **Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva** que começou por manifestar o seu agrado, mas também as suas reservas, sobre o serviço judicial que irá começar a funcionar. Disse já ter sido possível constatar que, em Sever do Vouga, não irá funcionar um verdadeiro Tribunal, no pleno das suas funções, continuando o concelho ao capricho da Administração Central que, para acalmar as hostes, chama Tribunal àquilo que mais se parece com uma extensão da justiça. Disse não existir uma Secretaria Judicial com funcionários, não existe Ministério Público com funcionários, pelos vistos, segundo a sua informação, e que irá ser um funcionário da Câmara Municipal a receber papéis, e que terá acesso aos processos pelo sistema Citius, sendo que a formação lhe está a ser dada pelo Ministério da Justiça para esse efeito. Continuou dizendo que o Cidadão comum irá ter um espaço para ser ouvido, porventura nunca por um Magistrado Judicial, em pequenos processos, mas que terá sempre que acabar por se deslocar ao Tribunal onde, na realidade, vai estar o processo físico para obter informações, e se calhar ser ouvido. Perguntou até quando aquela extensão de justiça iria estar aberta naqueles termos, até alguém chegar à conclusão que é muito dinheiro e que mudam as regras novamente, que garantias terá a população Severense que aquele serviço veio para ficar. Mais disse que, chamar de Tribunal àquela secção de proximidade, é tapar os olhos às pessoas.-----

Referiu que deve ser congratulada a inauguração próxima do Espaço do Cidadão na sede do concelho, pois será mais fácil aos Severenses tratar dos seus assuntos junto das entidades que irão ali funcionar. No entanto, e sabendo que a AMA tem os processos pendentes, ou mesmo num tempo de estudo, perguntou que tipo de apoio vai dar ao funcionamento daquele serviço e se sempre está prevista a abertura de mais um espaço, onde é que o mesmo se irá instalar, dado que as freguesias mais próximas estão servidas.--- Em relação às freguesias que se encontram mais afastadas, como Couto de Esteves, Cedrim, Paradela e Talhadas, perguntou se não seria possível criar um serviço móvel e estar alguns dias por semana naquelas freguesias, ou o que for possível, pois, nos dias de hoje os aparelhos tecnológicos também já são móveis. Disse que, caso haja possibilidade de criar um segundo espaço do cidadão no concelho, já foram ouvidas aquelas freguesias mais afastadas, sobre o local onde possa ser instalado esse serviço, pois os seus Municípios são os que terão que percorrer uma distância maior para conseguir tratar dos seus assuntos, sob pena de estes se deslocarem para fora do concelho, onde aqueles serviços acabam por lhes estar mais próximo, com todo o prejuízo que tal traga ao concelho.-----

Para responder às questões colocadas, foi dada a palavra ao **presidente da Câmara Municipal** que começou pela intervenção de **Toni Martins**, dizendo considerar que a rede viária do concelho é das melhores da região. Mais disse que, não era possível ter as estradas todas impecáveis, mas que muito é feito e a grande fatia do orçamento é gasta em rede viária.-----

Relativamente aos percursos pedonais, disse estar a ser desenvolvido um processo para melhoramento dos mesmos, através de uma empreitada e, ainda, com os acordos celebrados com as Juntas de Freguesia no sentido de, possivelmente, passar a limpeza desses percursos para as Juntas que o quisessem fazer com a devida compensação. Mais informou que, atualmente, estão a ser recebidas propostas de empresas para a realização de uma limpeza em breve, embora não antes do fim do ano.-----

Relativamente à iluminação pública, disse ter conhecimento de que existem algumas falhas, não sendo uma calamidade como o membro tentou passar na sua intervenção. Informou que a empresa de manutenção anda no terreno todos os dias e que é preferível serem os municípios a participarem avarias à EDP para a linha de assistência, pois atendem mais rapidamente.-----

Sobre o Conselho Municipal de Juventude, o presidente da Câmara Municipal disse que o mesmo existe há muito tempo, mas que não tem reunido ultimamente. Pediu à vereadora Elisabete Henriques que rapidamente convocasse uma reunião do conselho, embora as juventudes partidárias que ali estão representadas raramente ou nunca compareçam às reuniões do conselho, apesar de serem convocadas.-----

Relativamente à segurança nas escolas, disse não ter apanhado tudo o que foi dito na intervenção, pedindo que o membro Toni Martins lhe dissesse mais concretamente sobre o que se referia.-----

Reportando-se à intervenção de **Mário Silva**, o presidente da Câmara Municipal disse ter, também, alguma preocupação relativamente aos recursos humanos afetos ao Espaço do Cidadão, mas que ainda não se sabe como vai funcionar, se vai ser uma coisa grande ou não, sendo óbvio que, depois de começar a funcionar, essas dificuldades serão mais visíveis ou menos visíveis e que o problema será resolvido conforme a sua evolução. Disse que iria aguardar que o espaço iniciasse a sua atividade para se saber se vai ser possível dar resposta a tudo aquilo que vier a ser apresentado nesse local.-----

Quanto à sinalização, informou que tinha assinado, há pouco, um processo para um procedimento de renovação da sinalética na vila, ou seja, toda a sinalética dentro da vila irá ser renovada, melhorada, alterada ou acrescentada.-----

Sobre as árvores nas beiras das estradas, disse estar atento ao assunto e que a vereadora Elisabete Henriques, também, irá averiguar.-----

Quanto à reposição das árvores, disse estar a aguardar uma cedência de árvores que foi solicitada e sobre a qual já obteve resposta de que irão ser fornecidas, sendo que, logo que as árvores sejam recebidas, serão repostas em vários sítios, não só nas estradas, mas, também, noutros locais onde arderam e em espaços públicos.-----

Sobre a zona da barragem da Ermida, informou que a limpeza da mesma seria realizada pela EDP e que tinha conhecimento que estaria para fazer.-----

Respondendo à intervenção de **Carla Soares**, e começando pela iluminação junto à Igreja de Cedrim, o **presidente da Câmara Municipal** afirmou que têm sido feitos esforços para tentar avançar com aquele processo e que a questão da lâmpada talvez se resolva antes dessa altura, ficando a nota para o vereador Raul Duarte mandar colocar a lâmpada, uma vez que não se sabe quando é que vai avançar o projeto da Igreja, contando e esperando que seja feito durante o ano de 2017.-----

Sobre as rubricas dotadas com cinco euros, o facto de estarem assim não significa que não venham a ser realizadas, pois muitas das obras que se fizeram não estavam cabimentadas e, depois, através de revisões orçamentais, acabaram por sê-lo. Mais disse que, aquela obra ainda não tinha avançado não só por dificuldades orçamentais, mas, também, porque ainda não foi possível acertar os terrenos para compra, sendo que, nesta fase, já está a negociação um pouco avançada e acredita que, brevemente, se consiga fazê-lo para depois a obra ser lançada no terreno e na devida altura. São esses constrangimentos que têm impedido que aquela obra não esteja, ainda executada.-----

Relativamente à intervenção de **Diana Paiva**, o **presidente da Câmara Municipal** disse que, ainda não foi publicada a lei que vai regulamentar os serviços que o Tribunal de Sever do Vouga irá prestar. Referiu que a senhora Ministra da Justiça tinha transmitido que o Tribunal de Sever do Vouga irá ter juízes, um oficial de justiça, que já está recrutado, e um administrativo. Informou que está a ser protocolada a cedência de um administrativo do Município para estar na frente do balcão. Mais disse que, já se sabe que irá ter juízo e que, possivelmente, coisas que antes não tinha, nomeadamente, crianças, família e menores. Portanto, nesta altura, será prematuro dizer que é, ou não é, uma secção de proximidade, referindo que, de qualquer forma, tudo o que viesse seria melhor do que aquilo que teve, até à data, durante os últimos três anos. Disse, no entanto, que não é uma secção de proximidade que o executivo quer para Sever do Vouga, pois se fosse, já estaria a funcionar há algum tempo.-----

Relativamente ao Espaço do Cidadão, o que irá acontecer está na informação apresentada à Assembleia Municipal e não serão escolhidos novos locais nesta altura, pois os mesmos já estão decididos – um em Sever e outro na União das Freguesias de Silva Escura e Dornelas, que não vai avançar, ainda, porque enquanto o Município tem um espaço instalado, com equipamentos e técnicos já formados para isso, no da freguesia ainda falta instalar o equipamento contemplado no acordo. Foi celebrado um protocolo com a Secretaria de Estado da Modernização Administrativa e, sem alteração àquele protocolo, não há mais nenhum balcão.-----

Toni Martins voltou a intervir para perguntar quando tinha sido a última vez que o Conselho Municipal da Juventude tinha reunido.-----

O **presidente da Câmara Municipal** disse não se recordar, mas que já tinha feito o repto para a senhora vereadora tratar de convocar outra reunião rapidamente.-----

Depois de concluídas as intervenções registadas e os assuntos tratados no “Período de Antes da Ordem do Dia”, passou-se ao “Período da Ordem do Dia”.-----

----- 4 – Ordem do Dia -----

4.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara: - Foi perguntado pelo presidente da mesa à assembleia se pretendiam colocar questões ou se havia alguma dúvida sobre a informação.-----

Tendo sido dada a palavra a **Carla Soares**, referiu que, na informação escrita do senhor presidente da Câmara, pode ler-se que foi efetuada a monitorização da Carta Educativa, onde se faz alusão para a criação do Centro Escolar de Sever do Vouga, visando a agregação dos alunos de proximidade: Sever do Vouga, Pessegueiro do Vouga e Senhorinha. Solicitou um esclarecimento sobre aquilo que está estabelecido e o que consta naquela monitorização, uma vez que a Carta Educativa data de 2007.-----

Perguntou se a assembleia tinha conhecimento das realidades do concelho, nomeadamente, a situação das escolas de Dornelas e Silva Escura. O que irá acontecer no próximo ano letivo? E se a o Centro Escolar de Couto Esteves irá manter-se? Disse constar-se que irá

haver um Centro Escolar para Cedrim, Paradela e Talhadas, perguntando para onde e quando estava prevista a sua construção.-----

Disse considerar que o mais importante é o bem-estar dos alunos e que, já que eles têm que ser deslocados, de autocarro, serão mais dez ou menos dez minutos, e os custos para o município não serão muito maiores, sendo que, o que importa é que a escola que os receba tenha melhores condições, nomeadamente, salas devidamente equipadas e aquecidas e um espaço onde possam brincar quando chove. Disse considerar que é importante atender atempadamente ao número de alunos previstos por turma de modo a que não aconteça o que ocorre no presente ano letivo, por exemplo, na escola de Talhadas, que tem vinte e seis alunos com dois anos de escolaridade, na mesma turma.-----

Veio a saber que o Município de Sever do Vouga foi distinguido com menção honrosa do prémio viver em igualdade, sendo um motivo de orgulho, sem dúvida, mas ao mesmo tempo de tristeza, na medida em que há pouca informação sobre quais as iniciativas que têm sido levadas a cabo para aquele reconhecimento. Perguntou o que tem vindo a ser feito em concreto enquanto boa prática na integração da dimensão da igualdade de género e não discriminação.-----

Respondendo à intervenção, o **presidente da Câmara Municipal** disse que a monitorização é um ajustamento da carta à realidade atual, tendo sido realizada com um grupo especializado que já trabalhou a carta inicialmente, constituído dentro do Conselho Municipal de Educação, que discutiu e debateu a alteração que foi, praticamente, relativa ao ponto da criação do novo centro educativo em Sever do Vouga. Relativamente àquilo que é a proposta do centro, o mesmo prevê, nesta altura, embora não signifique que não possa receber mais alunos no futuro, acolher todas as escolas ao redor para poder ter aquela dimensão e para que possa ser aprovada a candidatura aos fundos comunitários. Relativamente ao encerramento de outras escolas e à deslocalização dos alunos, disse depender da existência de turmas que o justifique. As escolas continuarão a funcionar. Mas, depois tem tudo a ver com a decisão no ministério, onde se decide quanto à construção das turmas.-----

Sobre a menção honrosa, informou que a mesma tinha sido publicitada e que, ainda na semana passada, tinha sido realizada uma ação que encheu a sala da Biblioteca Municipal. Portanto, as ações são publicitadas através dos diferentes meios de divulgação do município, sendo que tais ações foram publicitadas várias vezes, fazendo parte da candidatura e do relatório de execução desse processo. -----

4.2 Mapa de Pessoal 2017: - Sobre o Mapa de Pessoal para 2017, o presidente da Câmara Municipal informou que existem algumas propostas para a criação no quadro de pessoal de alguns técnicos que se considera serem necessários, estando alguns concursos a decorrer e de propostas para, no momento certo, poderem ser abertos novos procedimentos de recrutamento de pessoal.-----

Dando cumprimento às disposições contidas no artigo 28º e seguintes da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprovou a “Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas”, foi elaborado o Mapa de Pessoal do Município para vigorar a partir de 1 de janeiro de 2017. Analisado o documento, a Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, com vinte e sete votos a favor, o Mapa de Pessoal para 2017, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.-----

4.3 Orçamento e Grandes Opções do Plano 2017: - Foi feita uma breve apresentação dos documentos previsionais pelo presidente da Câmara Municipal que quis referenciar o 40º aniversário do poder autárquico, homenageando todos aqueles que nas Assembleias de Freguesia, nas Juntas de Freguesia, nas Assembleias Municipais e nas Câmaras Municipais serviram as nossas comunidades ao longo destas quatro décadas, considerando ser um momento marcante, pois o poder autárquico democrático trouxe grande desenvolvimento ao país e, portanto, isso deve-se, também, ao trabalho de muitos de nós, de quem esteve e já passou ou, de alguma forma, continua nas autarquias.-----

Sobre o orçamento, disse que o mesmo é um documento realista que promove o desenvolvimento e crescimento económico, e que cresce relativamente ao anterior. Referiu que não são inventadas receitas para aumentar o orçamento e o que é apresentado é

real. Disse que tem sido possível chegar ao fim das contas de gerência com execuções das receitas superiores a cem por cento. Com aquelas alterações, ao longo da execução do orçamento podem, ainda, vir a ser feitas revisões e alterações no próprio orçamento. Disse ser um orçamento que reduz impostos através da diminuição das taxas do IMI e da derrama. Foi realizada uma aposta na cultura e na proteção social, um reforço na transferência para as freguesias e um reforço global no investimento. Demonstra uma situação financeira equilibrada que permite cumprir todos os compromissos e ajuda na procura do financiamento comunitário. Referiu o início do processo do orçamento participativo, a entrada de projetos e candidaturas ao novo quadro comunitário e verbas novas de projetos já aprovados. Destacou na educação o início do Centro Escolar, o reforço das bolsas de estudo, a manutenção dos incentivos escolares, transportes escolares, a atribuição dos livros ao primeiro ciclo e as refeições. Disse pretender continuar com o apoio às famílias e às habitações degradadas, tendo sido criado um novo projeto para avançar no próximo ano que se chama “Just a Change” que é feito em parceria com o projeto “Grace”, que é uma fundação afeta ao Montepio. Disse esperar que, para o ano, mais algumas sejam intervencionadas através daquele programa e um programa de voluntariado na área da habitação. Este projeto vai ter ajuda na intervenção de alunos universitários da Universidade de Lisboa e contam, também, com a participação da Universidade de Aveiro.-----

Foi aberto um período de intervenções, iniciado por **Toni Martins**, que começou por referir que, durante a primeira sessão do atual executivo, em 2013, a sua bancada tinha afirmado a sua total disponibilidade em colaborar com todos os órgãos do Município, colocando os interesses de todos os severenses acima dos interesses partidários e que as suas intervenções tinham sido várias e sempre no sentido construtivo, umas vezes no sentido de alertar para situações que considerava necessitarem de correção, outras no sentido de prevenção e outras, ainda, no sentido de elogiar boas iniciativas. Disse caber ao executivo refletir se aceita ou não as sugestões apresentadas e o que deverá ser feito.-----

Relativamente ao orçamento e grandes opções do plano, e dando cumprimento ao estatuto do direito de oposição, disse ter sido solicitado pelo presidente da Câmara Municipal à comissão política concelhia do PSD, contributos para a elaboração do Orçamento Municipal para 2017. Enumerou as três áreas estratégicas apresentadas: garantia de fornecimento de água e saneamento de qualidade para todos os severenses, havendo, junto da AdRA, uma verificação e regulação de qualidade do serviço existente; maior investimento nas zonas públicas que permita atrair mais investidores e turistas; uma rede viária e de transportes que dê lugar a uma maior e melhor circulação dos severenses dentro e para fora do concelho, assim como uma ligação que possa ser atrativa para os turistas se deslocarem ao concelho em meios de transportes públicos. Disse terem sido feitos mais nove comentários e sugestões para alteração do orçamento, sendo que, entre elas, estava o que tem vindo a ser sugerido desde o início do atual mandato, ou seja, a inclusão dos cidadãos do concelho em processos de democracia participativa através de um “orçamento participativo”. Disse lamentar profundamente que nenhuma das suas propostas tivessem sido consideradas na sua forma integral ou, até, de uma forma parcial, pois está convencido que o concelho teria muito a ganhar com a inclusão de tais medidas. Afirmou que o executivo optou por manter a versão inicial do orçamento tal e qual como estava, mantendo-se tudo na linha dos anteriores. Salientou, ainda, a sua análise e apreciação do orçamento, que é fundamentada com base no documento que lhes tinha sido apresentado e não em pensamentos ou hipotéticas intenções ou, até mesmo, de anúncios do executivo.----

A próxima intervenção foi a de **Sérgio Soares da Silva** que começou por dizer que a apresentação do orçamento à assembleia não lhe podia deixar indiferente à partilha de algumas observações, nomeadamente no que respeita às freguesias e, em particular, à de Couto de Esteves. Ao longo dos últimos quatro anos, disse ter-se verificado que alguns projetos se repetem de orçamento em orçamento, e do orçamento não saem. Referiu que, em Couto de Esteves, o arranjo urbanístico do espaço envolvente à Casa Paroquial, um espaço central e de necessidade básica, continua quatro anos depois de ser terraplanado, sem nenhum desenvolvimento. Outro exemplo, o arranjo urbanístico da aldeia dos Amiais,

que foi intervencionada em 2004 e que, doze anos depois, continuava por concluir. Afirmou que aqueles dois projetos aparecem mais uma vez no plano de investimentos com dotação aberta, mas, sem verba atribuída.-----

Disse, ainda, verificar-se que, no atual orçamento, existe uma verba significativa para o restabelecimento de infraestruturas danificadas pelas intempéries de janeiro a fevereiro de 2016, esquecendo-se que ainda estão por repor algumas infraestruturas danificadas pelas intempéries de 2014 e 2015. Deu o exemplo da rua que dá acesso ao fundo da aldeia de Vilarinho, para a qual a Junta de Freguesia de Couto de Esteves já tinha feito chegar propostas de parceria para a resolução do problema, mas que, até ao momento, nenhuma resposta tinha sido recebida.-----

Enumerou outros exemplos de falta de compromisso e total desmazelo no que respeita a pequenas acessibilidades e necessidades básicas, sendo elas: o alargamento da Rua do Cruzeiro, em Lourizela, que, passados três anos do final das obras de alargamento, ainda não tem pavimento; na aldeia de Catives, quanto às acessibilidades ao interior da aldeia, onde vive uma comunidade envelhecida.-----

Afirmou que, alguns daqueles casos de acessibilidades ao interior das aldeias devem mesmo envergonhar todos, sendo impensável que, num país da União Europeia, existam comunidades onde as infraestruturas primárias ainda não existem nos dias de hoje.-----

Relativamente aos trilhos pedestres de Couto de Esteves, disse que a ponte pedonal do trilho da Agualva continuava, quatro anos depois, sem passar do orçamento. Quanto à manutenção dos trilhos, referiu que a Junta de Freguesia também já tinha feito chegar ao presidente da Câmara propostas concretas para a manutenção e gestão dos mesmos, para a qual nunca houve nenhuma resposta e não parece que vá haver durante o próximo ano, pois a respetiva rubrica apenas aparece aberta e sem dotação.-----

Disse que, o atual orçamento não prevê intervenção nos acessos à floresta e sobre a prevenção de incêndios. A sinalização e segurança rodoviária foi esquecida.-----

Transmitiu que, da leitura que tinha feito ao orçamento, os assuntos atrás referidos foram os que tinha filtrado numa primeira análise. Contudo, disse que tinha previsto subir ao púlpito e falar, também, das coisas boas do orçamento, mas disse ser com alguma tristeza que, na noite anterior, tinha feito horas e corrido ponto a ponto de cima para baixo, sempre na esperança de ser surpreendido pela positiva, sendo que, lamentavelmente, mais uma vez a surpresa positiva não chegou.-----

Respondendo às intervenções, o **presidente da Câmara Municipal** disse considerar que a intervenção de Toni Martins teria uma série de equívocos, ou, não tinha percebido, pois foi cumprido o estatuto da oposição, não tendo chegado nada do grupo parlamentar do PSD às suas mãos. Disse que, aquilo de que o membro tinha falado foi de um encontro que tinha tido com os vereadores da Câmara Municipal que representam o PSD na mesma e que aquilo que tinha dito não era a decisão da comissão política, pois não tinha sido daquela forma que tinham feito chegar aquela proposta. Disse que, a proposta tinha vindo dos vereadores na sequência da reunião para discussão sobre o orçamento. Referiu que todas as propostas estavam no orçamento.-----

Sobre o orçamento participativo, disse que o relatório do orçamento tem um ponto especialmente a falar sobre esse processo e que já tinha dito que não está com dotação orçamental por ainda estar a ser preparado, não se sabendo, ainda, qual será a proposta final do regulamento e com quanto é que se irá avançar neste primeiro ano.-----

Sobre as apostas na rede viária e transportes, disse que, naturalmente estaria a referir-se à ligação de Sever do Vouga à A25, sendo evidente que essa não está no orçamento nem nunca estará porque não haverá meios financeiros nos próximos cinquenta anos, em Sever do Vouga, que deem para fazer uma obra dessa envergadura. Portanto, aquela obra está a ser trabalhada para ser financiada pelo Estado ou comunidade europeia.-----

Sobre um maior investimento nas zonas públicas, referiu que as quatro obras do PARU vão ao encontro dessa pretensão, sujeitas à regulamentação dos fundos comunitários prevendo que possam ser feitas só na área da vila.-----

Quanto à AdRA, disse ser uma situação à parte porque não é a Câmara Municipal que investe nas águas e no saneamento.-----

Agradeceu aos senhores vereadores que vieram à reunião e que depois levaram os documentos para análise e agradeceu aos presidentes de Junta com quem reuniu, dizendo que as coisas que entram e depois não saem dos orçamentos é porque os senhores presidentes de Junta não querem que elas saiam.-----

Passando para a intervenção de **Sérgio Silva**, disse que, todos os presidentes de Junta querem tudo para a sua terra, como é óbvio, mas não é possível colocar tudo no orçamento, muito menos fazer tudo, sendo que algumas avançam e outras não. Disse ter tido a oportunidade de dizer a alguns presidentes de Junta que, no ano passado, algumas das obras começaram a zero e foram realizadas, sendo que algumas delas mantêm-se a zero por outros motivos. Disse já ter falado sobre a obra do arranjo do exterior do cemitério de Cedrim e que o caso de Couto de Esteves e dos Amiais eram daquelas obras que estavam à espera de comparticipação comunitária, mas que, se calhar, não vai haver financiamento para elas, referindo que, ter-se-á de pensar nelas de outra forma, mas foi sendo protelado o seu avanço precisamente para se aguardar por uma comparticipação comunitária. Quanto ao largo do Couto, disse que aguarda por financiamento, razão pela qual se mantém de orçamento em orçamento, podendo ser feito com recursos financeiros da autarquia.-----

Mais disse que, as intempéries, também, fazem parte de uma candidatura, tendo sido uma empreitada que já foi lançada e que está adjudicada, avançando em breve. Referiu que a obra das intempéries fez parte de um programa de apoio do Estado e que o mesmo financia apenas obras das intempéries de janeiro e fevereiro de 2016. Disse que teve que se avançar com este processo porque integrava a candidatura aprovada. Sobre o Largo de Lourizela (Rua do Cruzeiro), informou que está inserido numa obra já adjudicada num leque de vinte e oito obras, que irá começar para a semana.-----

Quanto aos trilhos, informou estar, ainda, a afinar uma proposta para as freguesias, quer seja para alterar os acordos nas limpezas de valetas e matos, quer também para juntar a limpeza dos trilhos e, na devida altura, os senhores presidentes de Junta serão chamados a analisar e discutir essa proposta.-----

Sobre os caminhos, disse estar-se à espera que os militares venham fazer a intervenção no terreno, pois em novembro disseram que se calhar não viriam até ao final do ano.-----

Toni Martins retomou o uso da palavra para dizer que, o senhor presidente tinha referido que o orçamento participativo estava considerado no orçamento mas, o que leu foi que, realmente há intenção, mas se realmente houvesse intenção ele já estaria contabilizado e este trabalho de preparação já estaria realizado.-----

Deliberação: No uso da competência dada através da alínea a) do n.º 1, do artigo 27º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foram apreciados e votados os documentos previsionais para o ano económico de 2017, cujo Orçamento de Receita e Despesa é de € 9 700 000,00 (nove milhões, setecentos mil euros), com os valores evidenciados nas rubricas por classificação orgânica, económica e funcional, nesta última situação, discriminados nos projetos e ações das Grandes Opções do Plano, com uma dotação definida de € 4 620 600,00 (quatro milhões, seiscentos e vinte mil e seiscentos euros), documento esse que reúne o Plano Plurianual de Investimentos, com despesas de capital previstas no valor de € 3 700 000,00 (três milhões, setecentos mil euros) e o Plano de Atividades com uma dotação global de € 920 600,00 (novecentos e vinte mil e seiscentos euros).-----

Conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal foi deliberado o seguinte:-----

a) Conceder autorização para continuar a cobrança dos impostos municipais através dos competentes Serviços do Estado que por lei estão consignados ao Município, onde se encontram incluídos os já votados – Imposto Municipal sobre Imóveis e Derrama;-----

b) Conceder autorização para a cobrança das taxas e licenças previstas na respetiva Tabela, bem como o tarifário pela prestação de serviços, sem prejuízo da atualização dos seus valores com efeitos a partir do início do próximo ano, bem como, a revisão de algumas taxas, cuja proposta será, oportunamente, apresentada à Assembleia Municipal para aprovação;-----

c) Conceder autorização para a despesa fiscal de acordo com o previsto no artigo 16º da Lei n.º 75/2013, de 3 de setembro, e referente às isenções a conceder nos termos dos regulamentos em vigor, as taxas e outras receitas municipais, até aos seguintes limites:-----

- Ação social e saúde.....€ 2 500,00
- Proteção civil, cultura, desporto e tempos livres.....€ 1 250,00
- Económica.....€ 1 500,00
- Educação.....€ 1 250,00
- Urbanismo.....€ 13 500,00

d) Conceder autorização para o recurso aos Fundos Comunitários, da Administração Central e ao crédito, se necessário, através dos mecanismos legais e dentro dos limites estabelecidos, utilizando, sempre que possível, linhas de crédito especiais, sem prejuízo de, na altura própria, as decisões serem presentes ao órgão deliberativo;-----

e) Autorizar a repartição dos encargos relativos a obras e fornecimentos, aquisição de bens ou serviços que resultem do Plano Plurianual de Investimentos aprovado, por mais que um ano, quando não seja possível, no período da sua validade, satisfazer pela totalidade os encargos contraídos por dificuldades de tesouraria, bem como outras situações previstas, considerando o disposto no n.º 6, do artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho;---

f) Prestar a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais previstos nas Grandes Opções do Plano, nos termos do previsto no artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, para efeitos do previsto no número 1 do artigo 6º da LCPA;-----

g) Prestar a autorização prévia para os compromissos plurianuais dos contratos vigentes, não evidenciados nas Grandes Opções do Plano e aqueles que serão celebrados em 2017, nos termos da mesma norma indicada no ponto anterior;-----

h) Autorizar a introdução nas Grandes Opções do Plano os ajustamentos necessários, quer pela transferência de verbas disponíveis ou aprovadas em programas de financiamento externo, quer pela inclusão de obras novas ou ainda reforçar as inscritas, através das modificações orçamentais, desde que tais alterações não alterem o valor global do orçamento e das Grandes Opções do Plano, exceto nas situações admitidas por lei;-----

i) Aprovar as Grandes Opções do Plano, o Orçamento que lhe dá a necessária cobertura e o Regulamento Municipal para a Execução Orçamental que dará a necessária orientação para a sua execução.-----

O Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2017 e respetivas autorizações acima identificadas foram aprovados com dezoito votos a favor, dos membros: Adérito Augusto Silva, Albano de Amaral Macedo, Alexandre Paulo Tavares Machado, Ana Maria Tavares Mendes, Ana Patrícia da Silva Ferreira, Ana Raquel Machado e Costa, António Manuel Martins de Bastos, António da Silva Portela, Custódio Tavares Pereira de Lima, David da Silva Alves, José Carlos Ribeiro de Sousa, José Luís da Silva e Almeida, Júlio Martins Fernandes, Manuel da Silva Soares, Mariana Fernanda Martins de Bastos, Mário Coutinho Martins, Renata Liliana da Costa Marques e Sérgio Soares da Silva; três abstenções, dos membros: Claudino da Fonseca Soares, Mário José Costa da Silva e Luís Filipe Tavares Silva Pedro; e seis votos contra, dos membros: Carla Manuela Borges Soares, Cipriano de Arede Nogueira, Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva, José de Bastos da Rocha, Sandra Henriques da Silva e Toni Pedro Ribeiro Martins.-----

4.4 Manual de Consolidação para a Prestação de Contas 2016: - Foi aprovado, por unanimidade, o Manual de Consolidação elaborado na sequência da aprovação da Orientação n.º 1/2010, “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo”, através da Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, e dando cumprimento ao artigo 75º do RFALEI – Regime Financeiros das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, como instrumento orientador e estruturante de apoio ao processo de consolidação de contas do município de Sever do Vouga.-----

4.5 Autorização de Encargos Plurianuais – Empreitada das Intempéries 2016: - O presidente da Assembleia Municipal abriu um período de intervenção que foi iniciado por **Toni Martins** que pediu alguns esclarecimentos, dizendo que pretendia perceber se o assunto vinha à assembleia apenas por se tratar de uma despesa plurianual e não para se pronunciarem sobre a pertinência da empreitada, com a qual disse concordar plenamente, só pecando por tardia, e que existem algumas dúvidas quanto ao procedimento. Assim, para a abertura de um concurso público de empreitada, a mesma teria de estar prevista no orçamento e, se tiver execução em vários anos, essa

distribuição já devia ser contemplada no orçamento, não sendo necessário a assembleia pronunciar-se sobre a mesma. Acrescentou que, estando já a decorrer o mês de dezembro e não tendo ainda sido lançado o concurso, cumprindo os prazos legais, já não existirá despesa no corrente ano, deixando de ser um projeto plurianual. Disse, ainda, que, por outro lado, na proposta de orçamento para 2017 não consta nenhuma empreitada com o nome referido na informação de “Intempéries – Eventos meteorológicos excepcionais de janeiro e fevereiro de 2016”. Não estando previsto no orçamento, perguntou como seria possível abrir o concurso? Disse existir, no entanto um nome de empreitada parecido, cuja designação é “Intempéries - Restabelecimento de Infraestruturas” e cujo montante previsto é diferente do ali apresentado. Disse que, se partirem do princípio, errado, de que é aquela empreitada que está a ser analisada, de acordo com a informação prestada e constante dos documentos distribuídos, já existe despesa efetuada no ano de 2016, no valor de € 25 559,00. Questionou, se já existe despesa efetuada, como é que pode estar a ser aprovada previamente despesa plurianual, se a mesma já está executada? Partindo ainda de que é aquela empreitada que figura no orçamento para 2017, o montante previsto encontra-se quase na totalidade como “Não definido”. Perguntou, se é para abrir concurso, como é possível não ter sido já colocado como “Definido” e assim ter condições imediatas de execução? Referiu que o orçamento ainda agora foi aprovado e já tem de ser alterado. Perguntou que despesa irá ser cortada em € 300 000,00 para incluir aquela empreitada? Face a todas as situações apresentadas, pediu que o senhor presidente da Câmara Municipal esclarecesse todo aquele procedimento.-----

Foi dada a palavra ao **presidente da Câmara Municipal** que, relativamente ao nome da empreitada, disse poder existir algum lapso no mesmo, embora não lhe parecesse. Relativamente à designação da empreitada, informou que a mesma já tinha ido a concurso, estando inscrita e cabimentada. Disse não haver dúvida nenhuma que foi aberto o concurso, finalizado e adjudicado, com a devida cabimentação para o ano de 2016.-----

Deliberação - Nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, o órgão deliberativo aprovou, por maioria, a assunção dos seguintes encargos plurianuais relacionados com a empreitada “Intempéries – Eventos Meteorológicos Excepcionais de Janeiro a Fevereiro de 2016”. -----

Dezanove votos a favor – Adérito Augusto Silva, Albano de Amaral Macedo, Alexandre Paulo Tavares Machado, Ana Maria Tavares Mendes, Ana Patrícia da Silva Ferreira, Ana Raquel Machado e Costa, António Manuel Martins de Bastos, António da Silva Portela, Carla Manuela Borges Soares, Custódio Tavares Pereira de Lima, David da Silva Alves, José Carlos Ribeiro de Sousa, José Luís da Silva e Almeida, Júlio Martins Fernandes, Manuel da Silva Soares, Mariana Fernanda Martins de Bastos, Mário Coutinho Martins, Renata Liliana da Costa Marques e Sérgio Soares da Silva.-----

Oito abstenções – Cipriano de Arede Nogueira, Claudino da Fonseca Soares, Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva, José de Bastos da Rocha, Luís Filipe Tavares Silva Pedro, Mário José Costa da Silva, Sandra Henriques da Silva e Toni Pedro Ribeiro Martins.-----

4.6 Apoio à Freguesia de Rocas do Vouga: - No uso da competência dada à Assembleia Municipal pela alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovada, por unanimidade, a proposta apresentada pela Câmara Municipal, para a atribuição dos seguintes apoios à Freguesia de Rocas do Vouga:-----

- Realização de obras de melhoramento no cemitério de Rocas do Vouga - € 7 000,00;-----

- Marcação de denominação das ruas e números de polícia da freguesia - € 5 000,00.-----

Esta proposta foi aprovada com os votos a favor dos vinte e sete membros presentes. -----

4.7 Venda das Ações da Municípiã: - Tendo por base a proposta apresentada pela Câmara Municipal, o órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, autorizar a venda das ações da empresa municipal Municípiã – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A., num total de 999 ações, pelo valor unitário de € 0,01, com o objetivo de o município deixar de fazer parte daquela sociedade.-----

David Alves interveio para sugerir ao presidente da Câmara Municipal que fosse promovida a venda das ações da WRC para o município não estar obrigado a efetuar o equilíbrio de contas e a realização de constas consolidadas.-----

O **presidente da Câmara Municipal** informou que esse processo já tinha sido iniciado.---

4.8 Dissolução da Associação de Municípios de Águeda, Anadia, Albergaria-a-Velha, Oliveira do Bairro e Sever do Vouga: - Analisada a proposta apresentada pela Câmara Municipal, o órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, autorizar a dissolução da Associação de Municípios de Águeda, Anadia, Albergaria-a-Velha, Oliveira do Bairro e Sever do Vouga, atendendo a que aquela associação não funciona há muito tempo.-----

4.9 Outorga do Protocolo com a EDP Distribuição: - Na sequência do acordo celebrado entre a ANMP e a EDP, onde se acordou a alteração do Anexo I ao contrato tipo de concessão da distribuição de energia elétrica em baixa tensão, aprovado pela Portaria n.º 454/2001, de 5 de maio, com vista aos municípios poderem decidir sobre a adesão à iniciativa de alteração do Anexo I, foi aprovado, por unanimidade, autorizar a alteração do contrato de concessão, apenas quanto ao Anexo I, sem alterar o seu prazo de vigência (atual) – alínea p) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-

-----3 - Período Destinado ao Público-----

Dada a palavra ao público pelo presidente da Assembleia Municipal, inscreveram-se para falar a Paula Coutinho, residente em Catives, Couto de Esteves, Armelim Amaral, residente em Sever do Vouga e Luís Carneiro residente em São Mamede de Infesta, Vila Nova de Gaia.-----

Foi dada a palavra a **Paula Coutinho**, presidente da concelhia do PSD que disse ter enviado as propostas do PSD, por mail, no dia 20 de outubro de 2016, pelo que o PSD contribuiu de forma positiva e construtiva para o orçamento de 2017. Disse querer que ficasse bem claro que o PSD contribuiu de forma positiva e construtiva para o Orçamento 2017. Lamentou que o executivo não tivesse tido em consideração e não tivesse recebido de forma correta o seu contributo. Disse não saber qual seria o meio melhor para que pudesse entrar em contacto com o executivo, dado que o e-mail enviado parece não ter sido visto, dado que a JSD enviou uma carta acerca dos conselhos municipais e a mesma também não obteve qualquer resposta. Perguntou se haveria algum meio mais apropriado para poder comunicar.-----

A próxima intervenção foi a de **Armelim Amaral** que lembrou com saudade de, há vinte anos, estar na Assembleia da República e ter representado, em Santa Maria da Feira, aquilo que é a génese do poder local e o esforço que todos fizeram para que o poder local não fosse meia dúzia de pessoas que se sentavam numa sala a discutir assuntos de pormenor mas que fosse motivo para as populações se sentirem representadas pelas pessoas que acabavam de eleger. Disse ter pena de, vinte anos depois, ver as pessoas cada vez mais desmotivadas. Disse ser certo que o seu exemplo serviu para desmotivar muita gente, mas vê que muitos outros, hoje, não conseguem fazer com que as populações se preocupem, se dediquem e se empenhem na sua participação. Disse que, provavelmente, a culpa não será das populações, mas, talvez, daqueles que eles foram elegendo ao longo do tempo. Referiu, ainda, que, aquela casa, passados vinte anos, mantém quase a sua configuração, havendo, hoje, a participação de muitas mulheres, mas, tirando isso, disse considerar ter havido pouca mudança. Afirmou que as pessoas não foram capazes de fazer substituir os autarcas por alguém que estivesse efetivamente empenhado em colaborar seriamente com a resolução dos problemas do concelho e que se foram arrastando, vendo com perplexidade que há ali senhores presidentes de junta que foram presidentes da Assembleia Municipal há vinte ou trinta anos. Disse que, se calhar devemos todos pensar, os que já cá estiveram e os que estão agora, se não será melhor ver até que ponto seria desejável uma renovação, gente com outra vontade de querer fazer melhor.-----

Por fim, foi dada a palavra a **Luís Carneiro** que prestou esclarecimentos sobre a praia fluvial da Quinta do Barco. Disse que, efetivamente, o contrato de concessão da praia fluvial da Quinta do Barco foi assinado no dia 19 de agosto sendo necessário, a partir daquela data, seguir todos os trâmites. Disse ter sido apresentado um pedido para autorização de uma parceria para a exploração do bar, através de um e-mail, sendo que,

apenas agora, o problema estará a ser resolvido. Disse que, a sua intenção era entregar a área do bar a quem fosse desse ramo de atividade. Acrescentando que a praia fluvial da Quinta do Barco não é só o bar, havendo muitas outras potencialidades que estão enumeradas na carta de intenção enviada ao executivo. Referiu que o atraso se deve, também, ao estado em que o espaço foi entregue, enumerando as várias situações encontradas. Mais referiu que iria solicitar uma pequena carência no pagamento dos valores das rendas para poder proceder a algumas pequenas reparações. Aproveitou para informar que, em maio 2017, o espaço aventura praia fluvial estará aberto, sendo que o bar será aberto mais cedo e que, depois, certamente, estavam todos convidados para a inauguração.-----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja acta em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir eficácia imediata, tendo sido elaborada a presente acta, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por mim, Luís Figueiredo Martins, funcionário designado para o efeito, que a redigi.-----